

# IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90018/2025**  
**Processo Administrativo Nº 3843/2025**

**Impugnante: Onix Tecnologia do Brasil**

**AO ILUSTRÍSSIMO SENHOR ARNALDO ROGÉRIO PESTANA DE SOUSA D.D. ORDENADOR DA DESPESA DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO – PARANÁ**

**ONIX TECNOLOGIA DO BRASIL LTDA** (empresa privada, inscrita no CNPJ sob o nº 10.669.788/0001-87, com sede na Avenida Levy Ramos Martins, nº 803, sala 01, Nova Brasília, Município de Imbituba, SC), representada por sua administradora Juliana da Silva Nascimento (brasileira, portadora da Carteira de Identidade de nº 4.568.440/SSP/SC, inscrita no CPF sob o nº 040.379.469-20) vem, respeitosamente, perante Vossa Senhoria, apresentar **IMPUGNAÇÃO AO EDITAL** do Pregão Eletrônico em epígrafe, com escoro no disposto no preâmbulo do edital, pelos fatos e fundamentos delineados nesta peça.

## ***Tempestividade***

Inicialmente, comprova-se a tempestividade desta Impugnação, dado que a sessão pública está prevista para 10.09.2025, tendo sido, portanto, cumprido o prazo previsto no edital.

## ***Objeto da Licitação***

O Pregão Eletrônico em referência tem por objeto o *registro de preços de equipamentos e materiais utilizados no controle de acesso e de equipamentos para sistemas de alarme, destinados às Unidades Trabalhistas do Tribunal do Trabalho da 9ª Região.*

A presente Impugnação apresenta questões pontuais que viciam todo o ato convocatório, quer por discreparem da legislação pátria aplicável à matéria, quer por restringirem a competitividade, bem como a economicidade, condições estas essenciais para a validade de qualquer procedimento licitatório.

Evidenciado está, com as condições estabelecidas, que o Edital se encontra em flagrante contrariedade a diversos dispositivos da leis, fato este que fere de morte os princípios constitucionais da Administração Pública.

## ***Fundamentos da Impugnação ao Edital***

### **a. Da Síntese Fática**

De início, importa destacar que a Impugnante, empresa com atuação consolidada no fornecimento de equipamentos de segurança, realizou análise técnica minuciosa do edital em epígrafe.

Nesse exame, verificou-se a inclusão de especificações que não apenas extrapolam parâmetros técnicos internacionalmente reconhecidos, como também resultam em restrições injustificadas à competitividade do certame.

É notório que a Administração Pública deve pautar suas contratações em critérios de objetividade, legalidade e proporcionalidade, assegurando condições de igualdade entre os licitantes.

No entanto, as exigências presentes no instrumento convocatório, sem fundamentação técnica idônea, acabam por impor barreiras artificiais à ampla participação.

Ressalte-se que a adoção de requisitos incompatíveis com normas técnicas consolidadas, como a NIJ 0601.02, compromete a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração.

Exigir características que não refletem a realidade do mercado e que não são adotadas pelos padrões internacionais equivale a restringir de forma indevida a competitividade.

Diante disso, resta evidente que a correção das inconsistências apontadas se faz necessária para assegurar a higidez do certame e a plena observância dos princípios previstos na Lei nº 14.133/2021.

### **b. Da Legitimidade e do Cabimento**

Ainda, importante destacar que a presente impugnação é apresentada nos termos do artigo 164 da Lei nº 14.133/2021 c/c item 15 do edital, que assegura a qualquer interessado a possibilidade de questionar o edital de licitação em caso de irregularidades.

Trata-se de medida de controle prévio de legalidade, que visa evitar a instauração de procedimentos viciados e garantir a ampla competitividade.

Além disso, o artigo 5º da Lei nº 14.133/2021 consagra os princípios que regem as licitações, como legalidade, impessoalidade, isonomia, vinculação ao instrumento convocatório, julgamento objetivo e competitividade.

Os vícios constatados no edital em análise afrontam diretamente esses princípios, comprometendo a igualdade entre os licitantes e a vantajosidade da futura contratação.

A Administração Pública está vinculada ao dever de assegurar que o edital contenha apenas especificações técnicas necessárias e proporcionais ao objeto.

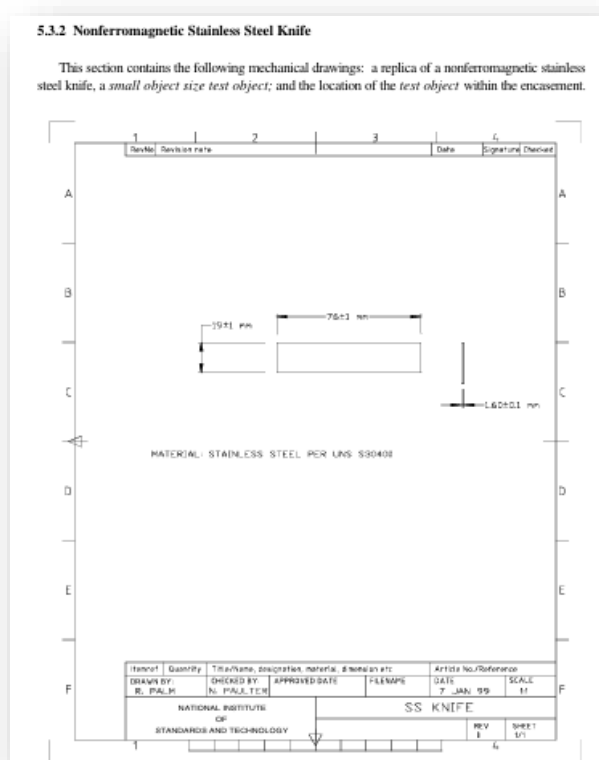
Exigências genéricas, inexequíveis ou excessivamente amplas não

podem prevalecer, pois restringem a participação de empresas aptas e distorcem o caráter competitivo do certame.

Assim, estando presentes os requisitos de legitimidade, pertinência e tempestividade, passa-se à análise detalhada dos pontos do edital que merecem impugnação.

### **c. Da exigência de detecção de lâminas abaixo do padrão técnico (Item 1 do Anexo IV do Edital)**

O edital estabelece que os equipamentos devem ser capazes de detectar lâminas metálicas de 0,8 x 30 x 80 mm, dimensão significativamente inferior ao que prevê a norma internacional NIJ 0601.02<sup>1</sup>, na qual se fundamenta o próprio edital, veja-se:



Conforme a referida norma, a classificação de objetos médios, que

<sup>1</sup> <https://www.ojp.gov/pdffiles1/nij/193510.pdf>

inclui armas brancas, considera lâminas de **1,6 x 19 x 76 mm** como referência (Item 5.3.2 da NIJ Standard 0601-02).

Essa discrepância não é meramente teórica: ao exigir dimensões inferiores ao padrão técnico, o edital cria critério de difícil atendimento, que não corresponde ao escopo internacionalmente aceito.

Isso gera desequilíbrio entre fornecedores e pode resultar na exclusão de empresas cujos equipamentos estão perfeitamente adequados às normas vigentes, mas não a requisitos artificiais criados unilateralmente pela Administração.

Cumpre lembrar que o **artigo 9º, I, “a”, da Lei nº 14.133/2021** veda expressamente a inclusão de condições que não sejam pertinentes ou relevantes para a garantia do cumprimento do objeto.

Ora, se a própria norma NIJ estabelece dimensões diferentes, não se justifica a imposição de medidas inferiores, sob pena de violação direta à legislação.

Assim, tal exigência extrapola o princípio do julgamento objetivo (artigo 5º, Lei nº 14.133/2021), cria um obstáculo técnico sem respaldo normativo e restringe de forma indevida a competitividade, o que impõe a imediata correção do edital.

#### **d. Da imposição quanto ao material do teto do equipamento**

Outro ponto de irregularidade reside na exigência de que o teto dos equipamentos seja construído exclusivamente em **aço carbono ou alumínio com pintura epóxi**, vedando o uso de MDF.

Essa restrição não se sustenta, haja vista que o próprio edital admite MDF em outras partes estruturais do equipamento, demonstrando ausência de lógica técnica na vedação.

O uso de MDF em componentes estruturais é prática consolidada no mercado, sendo material resistente e capaz de atender plenamente às necessidades de durabilidade e acabamento.

A restrição imposta, **sem motivação clara**, contraria o princípio da proporcionalidade, previsto no artigo 5º da Lei nº 14.133/2021, já que não há relação razoável entre o requisito exigido e o objetivo de segurança do equipamento.

Mais ainda, o **princípio da motivação** exige que qualquer restrição seja devidamente justificada pela Administração.

A ausência de fundamentação técnica para a escolha exclusiva de materiais metálicos evidencia que a exigência não visa à proteção do interesse público, mas sim restringe o certame sem respaldo normativo.

Não há uma mísera linha no caderno processual licitatório que justifique a não utilização de MDF no teto do equipamento.

Portanto, é imprescindível que se retifique o edital, de modo a permitir o uso de MDF como alternativa viável e proporcional, sob pena de afronta à isonomia e à ampla competitividade.

#### **e. Da restrição relativa ao painel de comando**

Ainda, o edital ainda determina que o **gabinete do painel de comando** seja confeccionado em **metal**, afastando a possibilidade de utilização do plástico ABS.

Essa exigência também não se justifica do ponto de vista técnico, pois o ABS é amplamente reconhecido por sua resistência e segurança, sendo comumente utilizado em equipamentos de alto desempenho.

A vedação ao ABS demonstra descompasso com a realidade do mercado e com as boas práticas de engenharia.

O metal, embora seja uma alternativa possível, não pode ser imposto como a única solução aceitável, já que não há comprovação de que proporcione desempenho superior no contexto do objeto licitado.

Essa exigência viola o **princípio da isonomia**, pois favorece determinados fornecedores em detrimento de outros, além de afrontar o **artigo 9º da Lei nº 14.133/2021**, que veda exigências desnecessárias ou impertinentes.

Não se trata de assegurar a qualidade do equipamento, mas de impor restrição infundada.

Assim, para preservar o julgamento objetivo e a igualdade entre os licitantes, faz-se necessária a supressão da obrigatoriedade do gabinete metálico, admitindo-se expressamente o ABS como alternativa idônea.

#### **f. Do uso de simulacro incompatível com a norma NIJ 0601.02 (Item 1 do Anexo IV do Edital)**

O edital prevê a utilização de **simulacro de lâmina de aço carbono** com dimensões de **0,8 mm de espessura**, o que não se coaduna com o padrão da norma NIJ 0601.02 (Item 1.2.14.2 e 5.2), que classifica armas brancas com espessura mínima de **1,6 mm** como objetos médios.

A classification method based on the ability to detect metal objects of a minimum size. A detector may meet the requirements for one, two, or three *object size classes*, as defined below.

##### **1.2.14.1 Large Object Size**

The ability to detect handguns concealed on an individual that are constructed of either ferromagnetic or nonferromagnetic metal.

##### **1.2.14.2 Medium Object Size**

The ability to detect knives on an individual that are constructed of either ferromagnetic or nonferromagnetic metal. Large knives are defined for this purpose as knives with blade lengths exceeding 7.5 cm (3 in).

##### **1.2.14.3 Small Object Size**

The ability to detect small weapons and contraband items concealed on an individual that are constructed of either ferromagnetic or nonferromagnetic metal. Small weapons and contraband items are defined as items that can be used to injure another person or to defeat security devices.

The following mechanical drawings are of the replica of the *medium object size* item that is considered a threat to an officer, a prisoner, an inmate, and the public safety. The *medium object size* threat item is a knife. The mechanical drawings are arranged in the following order: the mechanical drawing of the replica of the knife and the location of the replica within the encasement. Two replicas are made and encased, one from each of the materials indicated in the drawings.



**ACATEC**  
SECURITY TECH  
Member



Assim, a correção do edital para que os simulacros de teste estejam alinhados ao padrão da NIJ 0601.02 é medida que se impõe, garantindo segurança técnica, juridicidade e isonomia entre os concorrentes.

### ***Do Direito***

A Lei nº 14.133/2021, em seus **artigos 5º, 9º e 11**, estabelece que os procedimentos licitatórios devem observar os princípios da **legalidade, isonomia, julgamento objetivo, motivação e competitividade**.

A violação de qualquer desses princípios acarreta vício insanável ao certame, sujeitando-o à nulidade.

No caso concreto, o edital insere exigências que não guardam pertinência técnica com o objeto licitado, configurando infração ao **artigo 9º, I, da Lei nº 14.133/2021**, que veda condições impertinentes ou irrelevantes.

Do mesmo modo, há afronta ao **artigo 11**, que determina a promoção da ampla competitividade e a obtenção da proposta mais vantajosa.

O **princípio da motivação**, também expressamente previsto na legislação, exige justificativas claras e consistentes para cada requisito técnico.

A ausência de fundamentação quanto à exclusão de determinados materiais e dimensões demonstra falha grave na elaboração do edital.

Dessa forma, as irregularidades apontadas configuram violação direta ao regime jurídico das contratações públicas, impondo à Administração o dever de corrigir o edital, sob pena de nulidade absoluta do procedimento.

### ***Conclusão***

Esses ajustes são necessários para que o edital não imponha requisitos inexecutáveis nem afaste potenciais fornecedores, garantindo a competitividade e a obtenção do melhor produto para o E. TRT da 9ª Região.

Por fim, ratifica-se o compromisso da Impugnante em atender às exigências legais e técnicas, colaborando para o êxito do certame com propostas exequíveis, dentro dos princípios da legalidade, economicidade e eficiência.

### ***Requerimentos***

Em síntese, requer sejam analisados os pontos delineados nesta Impugnação, com a consequente correção em razão das evidentes ofensas legais apontadas, bem como para que se observe em futuro atos convocatórios tais apontamentos, a fim de que se afaste qualquer antijuridicidade que macule todo o procedimento que se iniciará.

Tendo em vista que a sessão pública está designada para 10.09.2025, requer, ainda, acaso não seja possível de imediato a correção, seja conferido **efeito suspensivo** a esta Impugnação, adiando-se a referida sessão para data posterior à solução dos problemas ora apontados, em especial para:

- a) alinhar a exigência de detecção de lâminas ao padrão da norma NIJ 0601.02;
- b) suprimir a obrigatoriedade de teto metálico, admitindo MDF como alternativa;
- c) suprimir a obrigatoriedade de gabinete metálico, admitindo ABS como alternativa;
- d) adequar os simulacros de teste aos parâmetros oficiais da NIJ 0601.02.

Caso contrário, há o iminente risco de todo o ritual do certame ser considerado inválido, considerando os equívocos no edital ora apontados, com desperdício da atividade ocorrida na sessão pública, incluindo avaliação das propostas e dos documentos de habilitação.

Ainda, considerando que a correção requerida afetará, evidentemente, a formulação de propostas, pugna-se, desde já, pela reabertura do prazo inicialmente estabelecido em conformidade com o disposto no § 1º do artigo 55 da Lei Federal nº 14.133/2021.

Requer, caso não corrigido o edital nos pontos ora invocados, seja mantida a irresignação da ora Impugnante, para posterior juízo de anulação por parte da Autoridade competente para tanto.

Pelo que **PEDE DEFERIMENTO**,

De Imbituba, SC, para Curitiba, PR, 5 de setembro de 2025.

**ONIX TECNOLOGIA DO BRASIL LTDA**  
**CNPJ nº 10.669.788/0001-87**  
**Juliana da Silva Nascimento**